



## **CIDADES SUSTENTÁVEIS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS À LUZ DA AGENDA 2030.**

Fernanda de Oliveira Silva, Unialfa, fernandatcc2012@gmail.com

### **Resumo**

O presente artigo visa identificar as oportunidades e desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, em face do cumprimento de metas da Agenda 2030 da ONU, bem como, analisar parte da produção científica e os relatórios sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que envolvem cidades.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva. Os métodos escolhidos serão as revisões de literatura, voltadas para a exposição histórica do tema sustentabilidade urbana. Análise documental dos relatórios gerados pelas organizações responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros, a técnica utilizada para análise documental será a de Laurence Bardin.

As práticas, bem como, o arcabouço histórico voltado para o tema. Contribuem para que os municípios brasileiros entendam a importância de implementação voltada para a sustentabilidade em suas cadeias produtivas, voltadas para gestão pública. Os impactos gerados por práticas como estas, tem ligação direta, não só economicamente para os municípios que as promovem, mas para o meio social e ambiental. Nota-se que as regiões atingidas pelas práticas promovidas por essas ações voltadas para o cumprimento de metas possuem um avanço significativo, nas questões sociais, ambientais e econômicas.

O estudo, ainda em andamento, serviu até o momento como instrumento de pesquisa acerca das narrativas empíricas apresentadas. Sua relevância no engajamento temático e no entendimento a luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável ODS possuem grande notoriedade tanto na esfera social, econômica e ambiental. Municípios sustentáveis atraem para si, menores custos, consolidação dos planos de gestão pública, facilidades diante dos desafios sociais e territoriais que hoje o país enfrenta. As análises por ora, levantadas, levam em consideração que mesmo com um nível de regresso bastante acentuado no Brasil, em relação as práticas de sustentabilidade adotadas pelos municípios. Podemos se destacar com ações pontuais de municípios que aplicaram ações voltadas para o cumprimento de metas da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Urbana, Agenda 2030, Municípios Brasileiros, ODS.

### **1. Introdução**

O desenvolvimento humano sustentável tem sido o viés central dos esforços e desafios impostos pelos pactos internacionais e nacionais. O equilíbrio ambiental, o uso justo dos recur-

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

# SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento  
23/11 100% online  
24/11 e gratuito

tos naturais, de modo a garantir a disponibilidade para as gerações futuras, tem sido considerado um dos grandes desafios globais da atualidade. Engloba de forma coletiva uma responsabilidade atingindo as esferas sociais, econômicas e ambientais. Nota-se que não é só a degradação ambiental, mas os assuntos voltados aos direitos humanos e ao equilíbrio econômico, que atualmente tem grande relevância para estudos acadêmicos, para gestão pública e para a sociedade (WILLIAMS, 2010).

A histórica tentativa por melhores condições ambientais e pelo desenvolvimento humano impulsionou mais uma vez a ONU (Organizações das Nações Unidas) em criar um novo pacto global. Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), surgiram com o advento da Agenda 2030 criada pela ONU. O pacto uniu 193 estados-membros que se comprometeram com metas a serem atingidas até o ano de 2030 (ONU, 2015). A Agenda 2030 contém 17 ODS e 169 metas.

Das metas estabelecidas são avaliados 254 indicadores que geram índices de desenvolvimento sustentável para as nações, estes por sua vez são baseados em 5 P's. Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e o Planeta (ONU, 2015). Os objetivos visam à atuação dos estados-membros com o compromisso oficial e mundial focados na erradicação da pobreza, assegurando a prosperidade de todas as nações. As práticas devem atender os limites ecológicos do planeta, garantindo assim o bem-estar das gerações futuras (ONU, 2015).

Nas pesquisas realizadas pela ONU, mais de 55% da população mundial vive atualmente nas cidades. Estima-se que em 2050 chegue a 68%. América Latina e Caribe, em 2018 apontaram que 80% da população estejam alocadas nos centros urbanos (ONU, 2019). O crescimento urbano fomenta o progresso econômico e social, concomitante, os desafios enfrentados, tem se tornado uma preocupação central à medida que a humanidade se torna predominantemente urbana. Esses desafios impactam nos sistemas de planejamento evidenciando o despreparo das instituições públicas no enfrentamento dos danos causados pela acelerada urbanização (ONU-HABITAT, 2022).

Atualmente o Brasil possui 5.570 municípios distribuídos nos seus 27 estados, de todos, 74% tem até 10 mil habitantes e 26% até 30 mil habitantes (IDSC, 2022) Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. A grande maioria não possui capacidade financeira, técnica e administrativa para gestão do território e como resultado existe uma deficiência nos processos de planejamento, fiscalização, controles sanitários e ambientais e da ocupação do solo (GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL, 2022).

Importante também destacar, que cerca de 70% dos municípios brasileiros hoje dependem em mais de 80% de verbas oriundas da União e dos Estados (Confederação Nacional dos Municípios, 2019). Os dados mostram uma necessidade legítima de ações públicas voltadas para o planejamento, de modo a enfrentar os desafios que os municípios precisam passar para o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Leite (2012) conceitualmente explana que a Sustentabilidade Urbana, está ligada ao re-desenvolvimento urbano, para ele, uma cidade ser considerada como sustentável, é necessário estabelecer projetos urbanos consistentes e voltados para a instrumentalização da regeneração



dos espaços vazios centrais. A cidade deve se voltar para dentro e não buscar expansão territorial e em consequência ampliar os vazios improdutivos centrais (LEITE, 2012).

A construção de conteúdos na esfera educacional também ocupa um papel fundamental para o direcionamento, construção e transformação da opinião social. Como consequência se constrói indivíduos reflexivos, éticos e com atitudes sustentáveis e inclusivas, devendo ser algo sistematizado que acontece ao longo prazo (NASCIMENTO, 2018).

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica para o entendimento das dimensões e diretrizes da sustentabilidade urbana, bem como, a identificação das políticas que buscam as melhores estratégias focadas no convívio em sociedade e do comprometimento que hoje temos com as gerações futuras. A importância direcionada às empresas para o alcance do desenvolvimento sustentável evidencia também, maiores necessidades de pesquisas voltadas para o tema (BARATA, 2007). A criação de dados e conceitos relevantes para o cumprimento das metas é relevante porque os pactos globais ainda estão vigentes, haja vista, que o alcance do desenvolvimento sustentável gere para organizações um aumento da lucratividade (TACHIZAWA, 2004), além de fatores concretos relacionado à sustentabilidade corporativa que configuram um diferencial competitivo para as organizações (ROSA; MAAHS, 2016).

Portanto, este estudo tem por objetivo analisar parte da produção científica e os relatórios sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que envolvem cidades. As próximas seções deste artigo exibirão conteúdo obtido a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

## 1. REVISÃO DA LITERATURA

### 1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – MARCO HISTÓRICO

No início do século XX a humanidade norteava seus interesses visando à paz das nações. Resquícios de guerra que ainda assolavam as pessoas comprometiam o sistema de reestruturação econômica e social que na época era pretendido e necessário. Focados no interesse de reconstruir alianças, desenvolver a economia e pensar no futuro das nações, as primeiras manifestações relacionadas à sustentabilidade se tornaram presentes através de agentes internacionais (NASCIMENTO, 2012).

A crescente percepção de que padrões de consumo e a produtividade teriam prazo de validade devido à finitude dos recursos existentes. Nesse sentido, a necessidade de reestruturação das nações era voltada para as medidas de enfrentamento dos desafios futuros de modo a garantir bem-estar e recursos naturais para gerações futuras (NASCIMENTO, 2012).

Para Santos (2009), o processo de desenvolvimento acarretaria um sistema de exploração desregrada dos recursos naturais, com o objetivo de atender necessidades muitas vezes irracionais. Essa crescente e descontrolada utilização dos recursos naturais, justifica-se pelo sistema capitalista e pela necessidade da humanidade em gerar riquezas. Fatores estes que contri-



buem de forma direta para os problemas sociais, como a pobreza, fome e saúde e para os problemas ambientais relacionados ao aquecimento global e mudanças climáticas (PEREIRA, 2009).

O tema Desenvolvimento Sustentável teve suas primeiras abordagens através de trabalhos científicos escritos no final do século XX. No pós-guerra, na década de 1960, as questões ambientais tiveram notoriedade. A publicação do Livro “*Silent Spring*”, (CARSON, 1969), discutiu sobre os elementos nocivos à saúde da natureza. Esse contexto desmistificou que a natureza estava apta para absorver qualquer dano causado pelo homem. Em 1972, através do relatório “*Limites do Crescimento*” apresentado em reunião do Clube de Roma, em *Estocolmo*, previam que nos estudos realizados por *Meadows*, 1972, desencadearia uma série de situações principalmente voltadas para o colapso planetário dentro de 100 anos caso medidas substanciais não fossem adotadas em prol do impacto ambiental (NASCIMENTO, 2012). Diante do avanço relacionado às questões ambientais e sociais, em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente - CMMAD divulgou o Relatório de *Brundtland*, intitulado de “*Nosso Futuro Comum*” nele havia sido definido o conceito de Desenvolvimento Sustentável, no qual mencionava o que as necessidades humanas deveriam ser atendidas sem comprometer as necessidades de gerações futuras (CMMAD, 1987).

A partir de 2002 o termo Sustentabilidade passa a ser utilizado de forma mais consolidada pelas organizações. As perspectivas, ecológicas, sociais, econômicas e ambientais são tratadas com maior frequência pelas organizações, essa postura surgia devido ao interesse esperado da harmonização financeira e econômica que o tema trazia para as empresas públicas e privadas (FERRER, 2013). Para Souza e Armada (2017), a sustentabilidade foi definida a partir de um longo processo histórico, bem como, a tomada de consciência sobre problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais. A ideologia permanecerá perene se de fato as ações propostas forem colocadas em prática. Esse entendimento atual torna ainda o conceito de sustentabilidade incompleto e limitado.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE URBANA

O desenvolvimento urbano tem por objetivo, planejar o crescimento das cidades e municípios a fim de garantir o acesso seguro e digno para a população. Essa prática requer ações que dependem de recursos naturais, infraestrutura, educação, mobilidade, segurança, saúde, mão-de-obra, pessoas, solo dentre outros recursos e serviços (SENADO FEDERAL, 2008).

O êxodo rural provocado após a segunda guerra mundial foi considerado mais crítico e complexo devido sua intensidade. O capitalismo e industrialização tiveram considerável parcela para o crescimento das grandes cidades. Os países subdesenvolvidos por sua vez, enfrentaram grandes problemas estruturais para comportar o intenso crescimento populacional nas cidades. O desordenado crescimento ocasionou o direcionamento de mão-de-obra, na época composto por técnicos e cientistas, a fim de suprir as necessidades de gerenciamento público. Entretanto,



esses profissionais não possuíam suas devidas qualificações para gestão urbana (RODRIGUES et al., 2015).

A construção das cidades sustentáveis se deu através da Lei n. 10.277 de 2001 conhecidas como Estatuto das Cidades. Esta lei foi criada em virtude da regulamentação dos dispositivos constitucionais da política urbana brasileira os artigos - 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O estatuto estabelece uma progressiva atenção ao meio ambiente por parte da gestão pública e dos cidadãos em prol da construção de cidades sustentáveis (SENADO, 2008).

Para Leite (2012), a atuação humana é apontada como a mais responsável pelas alterações percebidas no planeta. A atuação individual do cidadão tem impacto no todo. Este ponto é um dos vieses desafiadores para o alcance de objetivos de sustentabilidade das cidades e municípios.

## 2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Propõe-se realizar uma pesquisa qualitativa e descritiva. A abordagem qualitativa, também compreendida como interpretativa ou fenomenológica busca analisar os diversos significados que são atribuídos ao mesmo fenômeno. Este paradigma crê que o mundo é criado a partir da consciência humana e das interações entre pessoas. Por isso, é possível analisar situações complexas também a partir de investigações que levam em consideração a subjetividade dos sujeitos (SILVA et al., 2012).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Após a criteriosa coleta de dados, uma pesquisa descritiva evidencia o problema e detalha informações a ponto de solucioná-lo. Ademais, uma pesquisa descritiva visa mapear a realização de certo fenômeno em determinada população (SILVA et al., 2012).

Os métodos escolhidos serão as revisões de literatura, voltadas para a exposição histórica do tema sustentabilidade urbana. Análise documental dos relatórios gerados pelas organizações responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros, a técnica utilizada para análise documental será a de Laurence Bardin. Ou seja, realizando a análise de conteúdo dos documentos selecionados (SAMPLIERI, 2013).

## 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3.1 GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O direito às cidades sustentáveis está previsto como uma diretriz geral de política. Está presente no Art. 2º inciso I do Estatuto das Cidades, promulgado pela Lei 10.257/2001, de 10 de julho de 2001. Seu objetivo estabelece também premissas gerais para políticas públicas urbanas que foram regulamentadas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil de



1988, cujos ordenamentos são de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 2008).

O Estatuto das Cidades era visto pela classe empresarial, por setores mais conservadores e proprietários de terras como uma ameaça, como consequência a tramitação da Lei se arrastou durante doze anos devido aos embates travados na ocasião (MATIAS; JEREISSATI, 2022). A gestão pública é norteadada através de premissas estabelecidas de governança no qual são somados todos os modelos existentes de como os indivíduos, instituições públicas e privadas, administram seus interesses em comum (COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE – CGG, 1995).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 teve papel fundamental quando através de sua promulgação exerceu o papel de união da sociedade com os agentes públicos. A maior participação da sociedade nas questões governamentais assegurou que leis fossem criadas no intuito de fiscalizar e gerir os interesses públicos e sociais (OLIVEIRA, 2015).

Aquino et al (2021), relaciona a governança corporativa em cinco indicadores, conforme descritos no Quadro 1:

Quadro 1: Indicadores de governança corporativa

Efetividade
Transparência
Participação
Equidade
Legalidade, ética e integridade

Fonte: Adaptado de Aquino et al (2021)

Para Sachs (2002), a gestão voltada para a sustentabilidade requer também um planejamento que deve ser levado em consideração às oito dimensões de sustentabilidade que seguem descritas no Quadro 2.

Quadro 2: As oito dimensões de sustentabilidade

1	A sustentabilidade Social, cuja meta é construir civilizações com maior equidade na distribuição de renda e bens.
2	A Sustentabilidade Econômica, responsável pelo direcionamento mais eficiente dos recursos, sejam eles locais ou entre nações, atingindo a macroeconomia e microeconomia.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

# SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento  
23/11 100% online  
24/11 e gratuito

3	A Sustentabilidade Ecológica, que é responsável pela dinâmica de utilização dos recursos do planeta, direcionando as demandas para diminuição dos recursos não renováveis e maximização dos recursos renováveis. Reduzindo os processos geradores de poluição e fomentando o processo de reciclagem. Criar mecanismos massivos de conscientização dos consumos das pessoas e investir cada vez mais em tecnologias limpas que agregarão valor na proteção ao meio ambiente.
4	A sustentabilidade Territorial, que servirá para manter o equilíbrio territorial do planeta. Estabelecendo distribuições apropriadas entre áreas urbanas e rurais a fim de melhorar o ambiente urbano, superar disparidades e criar estratégias para as regiões que mais necessitam de intervenção em proteção ambiental.
5	A Sustentabilidade Cultural, que promove o desenvolvimento local através do aproveitamento de saberes e interesses regionais.
6	A Sustentabilidade Política, que define uma apropriação universal dos direitos humanos e desenvolve a capacidade de governo para programar os projetos voltados para a sustentabilidade.
7	A Sustentabilidade Política Internacional, que trabalha na eficácia do sistema de prevenção de desastres e guerra da ONU. Fomentam estratégias de promoção a paz e cooperação internacional e do controle institucional do patrimônio global, estabelecendo sistemas efetivos de cooperação científica, tecnológica e social.
8	Sustentabilidade psicológica, focada os estudos e entendimentos do ser humano e suas relações com o meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Sachs (2002)

### 3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030 DA ONU

O acelerado crescimento populacional, e principalmente o urbano tem gerado para o planeta problemas ambientais, sociais, econômicos e territoriais. Dentre eles, escassez de recursos hídricos, empobrecimento da população, poluição do ar, rios e oceanos, esgotamento territorial e de suas fontes naturais de energia, desigualdades socioeconômicas, falta de saneamento e problemas econômicos que não conseguem atender a crescente demanda (UN-HABITAT, 2016).

O Pensamento de as cidades caminharem em uma perspectiva sustentável se torna necessário e fundamental para manutenção do equilíbrio social, ambiental e econômico. Esse caminho longo a percorrer se envereda para um sistema de conscientização em massa, já que parte deste plano para se alcançar o ambiente sustentável dependa quase que exclusivamente das ações humanas (BIBRI; KROGSTIE, 2017).

Em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro a ONU promoveu uma Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, chamada de RIO+20. Antecedente a esta ocorreu nos anos de 1992 e 2000 a Conferência RIO-92, no Rio de Janeiro e a Cúpula do Milênio, na cidade de Nova York, ambas tratando ações sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2014). Oliveira (2014) menciona que as conferências realizadas em prol do desenvolvimento sustentável pela ONU é o resultado de décadas de evolução



das questões ambientais. Essa busca pela consolidação do desenvolvimento sustentável acerca do cenário de “economia verde” incorpora o termo de sustentabilidade desde *Johanesburgo*.

A resolução nº 55/2 da Assembleia Geral da ONU, conhecida como “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, foi assinada por 191 países membros durante a 55ª sessão da Assembleia Geral, realizada em setembro de 2000. A globalização era o viés central do pacto uma vez que o principal desafio da globalização era se tornar algo positivo para toda a nação. Apesar das grandes oportunidades geradas, os compartilhamentos eram realizados de maneira desigual pelas nações (ROMA, 2019).

Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, descritos no Quadro 3, abrangem ações específicas. Para cada um dos objetivos, vinte e uma metas foram estabelecidas e o acompanhamento se deu através de sessenta indicadores de desempenho. Essa agenda perdurou entre os anos de 1990 e 2015, quando surgiu um novo pacto global (ROMA, 2019).

Quadro 3: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM

1	Erradicar a pobreza extrema e a fome
2	Atingir o ensino básico universal
3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4	Reduzir a mortalidade infantil
5	Melhorar a saúde materna
6	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7	Garantir a sustentabilidade ambiental.
8	Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Fonte: Nações Unidas, 2000 adaptado.

O documento gerado na conferência RIO+20 em junho de 2012, intitulado “O Futuro que Queremos”. Consideraram as experiências que os países membros tiveram durante o tempo que programaram os ODM. Construíram coletivamente um novo conjunto de objetivos e metas com cronograma previsto a partir de 2015 (LEITE, 2015).

Em 25 de setembro de 2015, 193 países-membros assinaram o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Ação direcionada para as pessoas, o planeta e a prosperidade. A essência o Pacto estabelece que a erradicação da pobreza seja reconhecida em todas as suas formas e dimensões. Sendo visto como o maior dos desafios. Além de outros compromissos um de destaque é o de “não deixar ninguém para trás” alusivo aos mais desfavorecidos socialmente (ONU, 2015).

Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030 estabeleceu 169 metas, vigentes por um período de 15 anos que seguem em destaque no Quadro 4 (ONU, 2015).

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

# SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento  
23/11 100% online  
24/11 e gratuito

Quadro 4: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

1	Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome Zero	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e Bem Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7	Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14	Vida na Água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas, 2015 adaptado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões voltadas para o meio ambiente, requerem uma certa peculiaridade, uma vez que é dificultoso para os estudiosos, delimitar quais pontos são de maior relevância para o tema. Esmiúçar de forma conclusiva pontos relevantes para este tema podem ser considerados um equívoco devido a amplitude e impacto que o tema sustentabilidade significa para a nação.

Este artigo propôs analisar parte da produção científica e os relatórios sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que envolvem cidades. Com foco na revisão dos constructos teóricos, foram delineados os melhores entendimentos acerca do tema, sustentabilidade nos municípios brasileiros.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

# SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento  
23/11 100% online  
24/11 e gratuito

A presente pesquisa apresenta limitações. Afinal, o levantamento dos documentos foi exploratório (não sistemático). Ademais, a revisão pautou-se sobretudo em publicações em língua portuguesa, o que exclui boa parte do debate mundial sobre o tema.

Ainda assim, esta pesquisa é capaz de identificar lacunas e desafios a serem alcançados, principalmente nos relacionados a investimentos em tecnologia para os municípios brasileiros, na capacitação da força de trabalho dos agentes envolvidos, no sistema de sinergias e cooperativismo para o alcance de resultados de sustentabilidade e na criação de estratégias para instigar a sociedade sobre o seu fundamental papel em relação ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

Pontos estes relevantes para a construção de novas pesquisas, afim de contribuir nas esferas de gestão pública, sociedade civil e organizações que diretamente e indiretamente impactam através de suas operações no meio ambiente. Contudo, identifica-se que o planeta antes considerado resiliente às atitudes humanas, atualmente responde a nação com seus desequilíbrios, reflexo do comportamento humano.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, C. V. M. G., SILVA, C. R. M., VASCONCELOS, L. R. S., CASTELO, J. L. Governança Pública Dos Municípios Brasileiros. **Gestão & Regionalidade**. 2021.

[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/6542](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6542)

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMES, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12, nº. 1, janeiro-março, 2007, p. 165-170. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012115>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 02 de fev.2023

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts.182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de julho de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm) Acesso em: 02 de mar. de 2020.

BRIBI, S. E., KROGSTIE, J. **Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review**, Sustainable Cities and Society, Volume 31, 2017. ISSN 2210-6707, <https://doi.org/10.1016/j.scs.2017.02.016>.



CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020** – Brasília, DF: CNM, 2019.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Estocolmo Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> Acesso em: fevereiro 2023.

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>

ELKINGTON J. Enter the Triple Bottom Line: 1994.

FERRER, G. R. La Construcción Del Derecho Ambiental. 2013. Disponível em <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5128/2688>

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 47, n. 2, p. 61–80, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/36891>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES. 2022. Disponível em: <https://forumdsc.org.br/>

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
ICS – Instituto Cidades Sustentáveis. 2022. Brasil. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.  
<https://icidessustentaveis.org.br/>

IDSC- BR **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Brasil. Acesso em 10 de janeiro de 2023. <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>.

IPEA - Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas / organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. – Brasília: **IPEA repositório** capítulo 4 - Alexandra Sobreira de Moura & Maria do Carmo Bezerra., 2016



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, P. P., **Os Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio**. 2015. <https://globalherit.hypotheses.org/2022>

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**. Editora, Bookman. 2012.

LOPES, A.F.A. The Program Sustainable City, its Indicator sand Goals: Methodo logical Instruments for Sustainability Assessment in the townof Prata/MG. 203 p. **Dissertation (Master of Architecture and Urbanism)**. Federal University of Uberlândia. Uberlândia/MG, 2016.

MATIAS, J. L. N., JEREISSATI, L. C. O direito a cidades sustentáveis na ordem jurídica brasileira e o caminho para a urbanização racional. 2022. **Revista de Direito da Cidade**. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.52277>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, DATA SUS – **Cadernos de informação de saúde**. 2007. Disponível em: Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

NASCIMENTO, M. I.H., PANDINI, J. C., FONTANELA, H. G. R. A Conscientização do Ambiente faz a Sustentabilidade Acontecer. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**. 2018. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao\\_ambiental/article/view/6527](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6527)

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWX-SwyxqggqDWy8gct/abstract/?lang=pt>.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública – instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. Departamento de informações públicas. Nova Iorque. 2009. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

ONU, Organização das Nações Unidas. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. 2000.



ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> . Acesso em 01 de mar. 2023.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana**. Cap. 2 Cenários de Futuros Urbanos: Grau de Urbanização 2016.

PEREIRA, A. O. K.; PEREIRA, H. M. K.; PEREIRA, M. M. K. Hiperconsumo e a ética ambiental. In: PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R. **Relações de consumo meio ambiente**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2009. p. 11-27.

RODRIGUES, A. C. et al. Delineamento da produção científica sobre desastres no Brasil no início deste século. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v.34, p.61-73, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v34i0.38992>

RAMIRO, R. C. **As Agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019**. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10591>

ROMA, J. C., Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2019. Indicadores de sustentabilidade /artigos 2019.

ROSA, F. P.; MAAHS, T. R. Logística Reversa: Uma Alternativa para Redução de Custos e Impactos Ambientais das Organizações. **Revista Espacios**, v. 37, n. 27, p. 13, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n27/16372714.html>.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. Del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2013.

SENADO FEDERAL, Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas: **Estatuto Das Cidades**. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em fev. 2023.

SILVA, L. V.; MACHADO, L.; SACCOL, A.; AZEVEDO, D. **Metodologia de Pesquisa em Administração: Uma abordagem prática**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.



SOUZA, M. C. S., ARMADA, A. C. A. S. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista Científica de Sustentabilidade**. 2017.

WILLIAMS, K. Cidades sustentáveis: desafios de pesquisa e prática. **Jornal Internacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável** :128-132, DOI: 10.1080/19463131003654863. Acesso em 06/02/2023. Maio de 2009

TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: **Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIVINOS, A. N. S.; Introdução à pesquisa em ciências sociais. **A pesquisa qualitativa em educação**. Editora Atlas. São Paulo, 1987.

UNITED NATIONS. World Urbanization Prospects: **revision 2014**. United Nations, New York, 2014. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>. Acesso em fev. 2015.